

# OEA cobra empenho do governo

RENATA GIRALDI

15 OUT 2003

DA EQUIPE DO CORREIO

CORREIO BRAZILIENSE

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) cobrou ontem do ministro-chefe da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Nilmário Miranda, explicações sobre sete crimes ocorridos no Brasil nos últimos 11 anos, durante reunião em Washington (EUA). Na pauta, casos de repercussão internacional, como a chacina da Candelária, no Rio, e o massacre de sem-terra em Corumbiara, em Rondônia. Na reunião, foi sugerido que o governo defina uma política de proteção aos defensores de direitos humanos no país, bem como a federalização desse tipo de crime.

A cobrança a Nilmário ocorreu menos de uma semana depois que a relatora especial da Organização das Nações Unidas sobre



Roberto Barroso / ABr

**NILMÁRIO MIRANDA FALOU, EM WASHINGTON, SOBRE SETE CRIMES**

Execuções Extrajudiciais, Sumárias ou Arbitrárias, Asma Jahan-gir, defendeu o envio de um funcionário das Nações Unidas para verificar o funcionamento do Ju-

diciário brasileiro. Asma deixou o país na sexta-feira passada com críticas à impunidade.

A idéia da relatora da ONU, que deverá constar oficialmente

em um documento, recebeu o apoio do governo federal. E arrancou uma reação irada de parte da cúpula do Poder Judiciário. Casos abordados

O primeiro caso analisado ontem na OEA foi o de Wagner Santos, sobrevivente da chacina da Candelária, ocorrida em 1993, quando oito crianças e adolescentes foram mortos numa incursão policial. Santos mora na Suíça e pede ao governo brasileiro que pague uma cirurgia para retirada de uma bala que está alojada no seu pescoço.

O massacre de 10 sem-terra na fazenda Santa Elina, em Corumbiara, em 1995, também foi tema da reunião em Washington. Rondônia ganhou atenção internacional depois que 187 policiais militares invadiram a fazenda onde estavam cerca de 500 sem-terra. As duas chacinas têm policiais militares como principais acusados.

A OEA quis ainda informações sobre o andamento dos processos contra os acusados pelos assassinatos dos agricultores Sebastião Camargo Filho e Diniz Bento da Silva, no Paraná. Eles foram mortos em conflitos de terra. Outro crime abordado foi o homicídio do trabalhador rural João Canuto de Oliveira, no Pará.